



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **TVR Nº 226, DE 2022**

**(Do Poder Executivo)**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria 3.719, de 14 de novembro de 2017, que declara perempta a autorização outorgada à Sudoeste Comunicações Sociedade LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de São Tomás de Aquino, Estado de Minas Gerais.

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

MENSAGEM Nº 732

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 3.719, de 14 de novembro 2017, a qual declara que a Sudoeste Comunicações Sociedade LTDA., decaiu do direito de firmar contrato com o Poder Público, nos termos do artigo 64 da Lei nº 8.666, de 1993 e item 12.7 do Edital, relativo à Portaria nº 948, de 1º de outubro de 2002, publicada no Diário Oficial da União, em 8 de outubro de 2002, que outorgou à licitante permissão para execução de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Tomás de Aquino, no Estado de Minas Gerais, tendo em vista a publicação, no Diário Oficial da União, de 25 de agosto de 2004, do Decreto Legislativo nº 722 de 2004. Por conseguinte, a supracitada portaria deve ser tornada sem efeito.

Brasília, 26 de dezembro de 2022.



EM nº 00198/2021 MCOM

Brasília, 8 de Setembro de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Tratam-se os autos de outorga de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Tomás de Aquino, no estado de Minas Gerais, objeto da Concorrência nº 072/2000-SSR/MC, deferida à licitante Sudoeste Comunicações Sociedade Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 03.987.045/0001-90.
2. Submeto à superior deliberação de Vossa Excelência, proposta no sentido de que seja encaminhada ao Congresso Nacional mensagem informando a publicação do ato que tornou sem efeito o ato de outorga para execução de serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de São Tomás de Aquino, estado de Minas Gerais, deferida à empresa SUDOESTE COMUNICAÇÕES SOCIEDADE LTDA., decorrente da Concorrência nº 072/2000-SSR/MC processo nº 53710.000978/2000-30.
3. Esta ação se faz necessária tendo em vista a publicação, no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2004, do Decreto Legislativo nº 722 de 2004, que aprovou a outorga à empresa SUDOESTE COMUNICAÇÕES SOCIEDADE LTDA.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria*



# Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

## GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.719/SEI, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em acolhimento ao Parecer Nº 1393/2012/MMM/CGCE/CONJUR/MC/AGU, resolve:

Art. 1º Declarar que SUDOESTE COMUNICAÇÕES SOCIEDADE LTDA decaiu do direito de firmar contrato com o Poder Público, nos termos do artigo 64 da Lei 5.666/93 e item 12.7 do Edital, relativo a Portaria nº 948, de 01 de outubro de 2002, publicada no DOU em 08/10/2002, que outorgou a licitante permissão para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Tomé de Aquino, no estado de Minas Gerais. Por conseguinte, a supracitada portaria deve ser TORNADA SEM EFEITO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.035/SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.009743/2014-71 e nº 53710.000152/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dois anos, a partir de 23 de agosto de 2014, a autorização outorgada a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Boa Nova, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itau de Minas / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.073/SEI, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 6º, §2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.030026/2003-08, resolve:

Art. 1º Declarar extinta a concessão outorgada a Rádio Integração do Oeste Ltda., para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Corbélia, estado do Paraná, serviço esse outorgado por meio da Portaria nº 72, de 24 de março de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 1988.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.347/SEI, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19.652/2017/SEI-MCTIC, da Secretaria de Radiodifusão, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 995, de 23 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 08 de janeiro de 2009, que outorga permissão a Rede Paranaense de Radiodifusão, Sons e Imagens Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Poço Dantas, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012017112200023

## DESPACHOS DO MINISTRO Em 14 de novembro de 2017

Nº 427/SEI - O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo 53000.019707/2010-56, especialmente da Nota Técnica nº 24558/2016/SEI-MCTIC, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00335/2017/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU, oriundo da Consultoria Jurídica junto a esta Pasta, resolve conhecer o recurso administrativo interposto pela O DIÁRIO RADIO E TELEVISÃO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Sorocaba, estado de São Paulo, contra a decisão de indeferimento do pedido de aumento de potência, para no mérito, negar-lhe provimento, em decorrência da aplicação do disposto no art. 9º, §2º da Portaria MC nº 231, de 5 de agosto de 2013.

Nº 836/SEI - O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo 53000.024532/2010-13, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 00714/2017/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU, oriundo da Consultoria Jurídica junto a esta Pasta, resolve não conhecer o recurso administrativo interposto pela ALEGRIA COMUNICAÇÃO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Leopoldo, estado do Rio Grande do Sul, contra a decisão de indeferimento de seu requerimento de mudança do sistema irradiante para antena fora da localidade de outorga, e, no mérito, negar-lhe provimento, uma vez que alteração não se mostra conveniente e não obedece ao disposto no subitem 5.1.1.4 da Resolução Anatel nº 67, de 12/11/98.

Nº 967/SEI - O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo 53900.048294/2015-88, resolve conhecer o recurso administrativo interposto pela SISTEMA XAXIM DE RADIOFUSÃO LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Xaxim, estado de Santa Catarina, contra decisão de indeferimento de seu requerimento de aumento de potência, de sorte a negar provimento ao recurso, em decorrência da aplicação do disposto no Parágrafo único do art. 5º da Portaria MC nº 231, de 05 de agosto de 2013, nos termos da legislação vigente.

Nº 1.060/SEI - O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.028646/2005-31, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 24.302/2015/SEI-MC, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 1.065/2015/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao MCTIC, resolve conhecer o recurso administrativo interposto pela Nascente Comunicações Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mongaguá, estado de São Paulo, contra decisão de indeferimento do pedido de alteração de classe, para no mérito negar provimento, em virtude do não atendimento aos parâmetros estabelecidos no art. 5º, parágrafo único e, ainda, parágrafo único do art. 7º, ambos da Portaria MC nº 231, de 5 de agosto de 2013.

Nº 1.061/SEI - O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.004652/2011-41, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 5.108/2015/SEI-MC, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 652/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao MCTIC, resolve conhecer o recurso administrativo interposto pela Rádio RMS Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Coronel Macedo, estado de São Paulo, contra decisão de indeferimento do requerimento de aumento de potência, para no mérito negar provimento, em decorrência da aplicação do disposto no parágrafo único do art. 5º, da Portaria MC nº 231, de 5 de agosto de 2013, nos termos da legislação vigente.

Nº 1.063/SEI - O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo 53000.055563/2011-62, resolve conhecer o recurso administrativo interposto pela SISTEMA INTERATIVA DE COMUNICAÇÃO LTDA., permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Laguna, estado de Santa Catarina, contra decisão de indeferimento de seu requerimento de aumento de potência, de sorte a negar provimento ao recurso, em decorrência da aplicação do disposto no §2º do art. 9º da Portaria MC nº 231, de 5 de agosto de 2013, nos termos da legislação vigente.

Nº 1.077/SEI - Acólho a Nota nº 557/2015/CONJUR/CGCE, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, e tendo em vista o trânsito em julgado da sentença exarçada nos autos da Ação Ordinária nº 4453-59.2011.4.01.3702, que declarou nula a outorga de concessão para a exploração de serviços de radiodifusão, concedida pelo Decreto nº 11, de 15 de janeiro de 2002, publicado no Diário Oficial de 16 de janeiro de 2002, deferida a empresa Rádio Portal de Caxias Ltda., para execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de João Lisboa, Estado do Maranhão, decorrente do certame licitatório na Concorrência nº 134/1997 - SSR/MC - processo nº 53680.000099/1998, da-se PUBLICIDADE ao referido cancelamento de outorga.

Nº 1.396/SEI - Acólho o disposto na Nota Técnica nº 17.706/2017/SEI-MCTIC, oriunda da Secretaria de Radiodifusão, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de emissão de novo boleto de segunda parcela de outorga, formulado Rádio Alança FM Ltda., nos autos do Processo nº 53640.000287/2000-15, que trata da Concorrência nº 03/2000-SSR/MC, cujo objeto é a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Maracani, estado da Bahia, por não ter sido apresentada justificativa plausível para sua emissão.

Nº 1.427/SEI - O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 94 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.030347/2009-90, resolve acolher o disposto no Parecer Jurídico nº 927/2015/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a indeferir o pedido de autorização formulado pela Fundação de Serviços da Igreja Evangélica Assembleia de Deus (C.N.P.J. nº 00.730.769/0001-65), em que solicita a transferência direta da delegação deferida a Rádio e Televisão Eldorado do Brasil Ltda., para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Porto Velho, estado de Rondônia.

Nº 1.491/SEI - Acólho a Nota Técnica nº 16.727/2017/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para, tendo em vista o trânsito em julgado da sentença exarçada nos autos da Ação Ordinária nº 2011.03.00.003225-2, que cancela a concessão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, outorgada por meio do Decreto Presidencial nº 1, de 15 de janeiro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 16 de janeiro de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 643, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2003, a EBC - Empresa Brasileira de Comunicação Ltda., decorrente da Concorrência nº 103/1997-SFO/MC - Processo nº 53830.001345/1997-80, dar publicidade ao referido cancelamento.

Nº 1.555/SEI - Acólho o disposto na Nota Técnica 14.938/2014/SEI-MC, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 254/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica oriundo do MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido formulado pela Rede União de Rádio e Televisão Ltda. (inscrita no C.N.P.J. nº 01.731.671/0001-95) da compensação, por meio de crédito prático, do débito relativo a segunda parcela da concessão, que lhe foi outorgada para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Rio Branco, estado do Acre, objeto da Concorrência nº 51/1997-SFO/MC.

Nº 1.737/SEI - O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 94 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.006784/1999-31, invocando as razões presentes no Despacho nº 2776/2009/CO-REV/CGCE, cancelado pela Nota nº 543/2014/ALM/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da Consultoria Jurídica oriundo do MCTIC, resolve INDEFERIR o pedido formulado pela Rádio Clube Hertz S.A. para retabularizar a outorga de concessão, para execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de São Paulo.

Nº 1.741/SEI - O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 94 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.030026/2003-08, resolve acolher a informação nº 568/2009/CO-RAT/GLO/DEOC-AME, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 426/2012/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de autorização formulado pela Memphis Radiodifusão Ltda. para que lhe sejam transferidos os encargos decorrentes da concessão outorgada a Rádio Integração do Oeste Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Corbélia, estado do Paraná.

Nº 1.823/SEI - Acólho a Nota Técnica nº 19.652/2017/SEI-MCTIC, da Secretaria de Radiodifusão, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, a fim de declarar que decaiu o direito da Rede Paranaense de Radiodifusão, Sons e Imagens Ltda., firmar com a União, o contrato de adesão a permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Poço Dantas, no Estado do Paraná, objeto do procedimento referente a Concorrência nº 015/2001-SSR/MC.

GILBERTO KASSAB

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR RETIFICAÇÃO

No Acórdão nº 566, de 17 de novembro de 2017, publicado no DOU de 21 de novembro de 2017, Seção 1, Página 21, retifica-se o que segue: Onde se lê:

"o) conhecer da petição denominada "Manifestação" (SEI nº 1762675), em face da ocorrência de preclusão consumativa;"

Leia-se: "a) não conhecer da petição denominada "Manifestação" (SEI nº 1762675), em face da ocorrência de preclusão consumativa;"

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FIM DO DOCUMENTO